

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

Divisão de Administração

Ofício n.º: 40097 2010-02-23

Processo: IMI/RH - 2126/09

Entrada Geral:

N.º Identificação Fiscal (NIF):

Sua Ref.ª:

Técnico:

Cód. Assunto:

Origem:

Ex.mos Senhores
Subdirectores-Gerais
Directores de Serviços
Directores de Finanças
Chefes de Finanças

Assunto: IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - EFEITOS DA AVALIAÇÃO EFECTUADA NOS TERMOS DO ARTIGO 250º DO CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO

Tem esta Direcção de Serviços vindo a ser confrontada com sucessivos pedidos de esclarecimento relacionados com os efeitos, em sede de Imposto Municipal sobre Imóveis, da avaliação de um imóvel oferecido como garantia em processos de execução fiscal – artigo 250º do CPPT.

Tendo em vista a necessária uniformidade de procedimentos, foi, por despacho de 2010.02.01 do Senhor Director-Geral dos Impostos, sancionado o seguinte entendimento:

1. As causas que determinam a avaliação dos prédios urbanos e a sua produção de efeitos em IMI estão expressamente tipificadas, quer no CIMI, quer no CPPT (artigo 250º).

2. Na entrega de imóvel para prestação de garantia em processo de execução fiscal, não existe norma legal que preveja a obrigação de avaliação segundo as regras do CIMI. No entanto, o Chefe de Finanças pode servir-se da fórmula de avaliação prevista no artigo 38º do CIMI para determinar o valor do prédio e da garantia.

3. O valor do prédio determinado para garantia em processo de execução fiscal não produz efeitos em sede de IMI, em virtude de tal não estar consagrado no artigo 250º do CPPT.

Com os melhores cumprimentos

A Subdirectora-Geral,

Maria Angelina Tibúrcio da Silva